

Estudo Técnico Preliminar 24/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 23134.001935.2024-79

2. Descrição da necessidade

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) é reconhecido pela sua estrutura multicampi, que visa proporcionar ensino de alta qualidade de forma gratuita. Com foco nas áreas de ensino, pesquisa e extensão, a Instituição busca garantir o bem-estar dos alunos, servidores e usuários externos, reconhecendo a importância vital de fornecer os recursos necessários para isso.

No ambiente escolar, especialmente em instituições que oferecem educação em saúde, como é o caso do IFRN, a presença de um setor de saúde eficiente é fundamental. A aquisição de material de consumo médico e de enfermagem é essencial para garantir que o atendimento aos alunos e à comunidade escolar seja seguro, eficaz e alinhado com as melhores práticas de saúde. Podemos listar ainda alguns benefícios:

Atendimento à Saúde dos Alunos: O acesso a materiais médicos adequados é vital para o atendimento e para a promoção da saúde dos alunos, garantindo uma resposta rápida e eficiente em situações que demandem cuidados imediatos.

Educação em Saúde: A presença de insumos médicos possibilita a realização de atividades educativas, fundamentais para a formação de alunos conscientes sobre cuidados com a saúde e primeiros socorros.

Prevenção de Doenças: Materiais como luvas e máscaras são essenciais para a promoção da saúde e prevenção de infecções, garantindo um ambiente escolar seguro.

Conformidade com Normas de Saúde: O uso de materiais adequados assegura que o instituto esteja em conformidade com as normas e regulamentos de saúde pública, protegendo tanto alunos quanto profissionais.

Os Setores Médicos dos Institutos Federais do Rio Grande do Norte prestam atendimento aos alunos matriculados na Instituição, oferecendo consultas eletivas e emergenciais. Esse serviço faz parte do programa de Assistência Estudantil, uma estratégia destinada a combater as desigualdades sociais e regionais, além de ampliar e democratizar as condições de acesso e permanência dos estudantes. Essa ação tem como objetivo apoiar a permanência e a conclusão dos cursos dos alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica, proporcionando-lhes o suporte necessário para o sucesso acadêmico.

Levando em conta essas informações sucintas, identificou-se a necessidade de um processo para a aquisição de materiais de consumo destinados ao setor de saúde do Instituto Federal do Rio Grande do Norte de forma sistêmica para toda a rede do IFRN. Esse processo é essencial para garantir o atendimento eficiente dos profissionais dessa área, além de ser fundamental para a manutenção do bem-estar dos discentes do Instituto.

Para assegurar que o processo atenda às necessidades identificadas de forma eficaz e transparente, é imperativo que ele seja fundamentado na Lei nº 14.133/2021. Esta lei estabelece normas gerais para licitações e contratos administrativos no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

A Lei nº 14.133/2021 estabelece, em seu Art. 1º, que as contratações públicas devem observar os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, e também os princípios específicos do regime de licitações e contratos. A aquisição dos materiais médicos e de enfermagem se alinha a esses princípios, buscando atender ao interesse público com transparência e eficiência.

A Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores contemplam esses materiais que, por sua natureza, são necessárias ao órgão, cuja inexistência pode ocasionar transtornos ao bom andamento das suas atividades. A aquisição dos materiais médicos e de enfermagem é essencial para garantir a continuidade e a qualidade dos serviços prestados aos alunos e servidores da instituição.

Para assegurar que o processo atenda às necessidades identificadas de forma eficaz e transparente, é imperativo que ele seja fundamentado na Lei nº 14.133/2021. Esta lei estabelece normas gerais para licitações e contratos administrativos no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Coordenação de Atividades Estudantis do IFRN Campus João Câmara.	Etienne Andrade de Medeiros Dantas
Coordenação de Atividades Estudantis do IFRN Campus SGA	Samir de Carvalho Costa
Coordenação de Atividades Estudantis do IFRN Campus MACAU.	Allena Herly de Lira Marinho

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1 Os principais requisitos para aquisição dos materiais, são:

4.1.1. Os objetos referentes a esta aquisição deverão ser entregues pelo fornecedor, ora denominado de contratado, em perfeitas condições, conforme especificações e prazo, no endereço informado pelo Órgão Gerenciador e dos eventuais órgãos que aderirem à ata de registro de preços;

4.1.2. A entrega deverá ocorrer conforme o horário de funcionamento, por meio de prévio agendamento. Antecipadamente haverá o contato com o fornecedor para definir as formas de comunicações que facilitam o pedido e o controle;

4.1.3. O prazo de entrega dos itens deverá ser de até 30 dias contados da solicitação do pedido do órgão;

4.1.4 Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 10 (dez) dias, pelo(a) responsável técnico de acompanhamento e análise do objeto adquirido, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações solicitadas;

4.1.5. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações solicitadas, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

4.1.6. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo. A CONTRATADA também será responsável pelos vícios e danos decorrentes do objeto, se comprometendo a substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, o objeto com avarias ou defeitos;

4.1.7. Na hipótese de a verificação a que se refere o texto acima não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia de finalizado o prazo.

4.1.8. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução de fornecimento dos materiais.

4.1.9. Os itens devem ser transportados em veículos fechados, em embalagens apropriadas para cada tipo de material, em acordo com as características específicas de cada insumo, detalhadas em suas próprias embalagens, a fim de não modificarem as características físico-químicas dos produtos, podendo ocasionar ineficiência, sob pena de responsabilização criminal.

4.1.10. No caso de produtos com prazo de validade, o mesmo, na data da entrega, não poderá ser inferior a doze meses ou a metade do prazo total recomendado pelo fabricante.

4.2. A CONTRATADA deverá:

4.2.1. Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e especificação dos materiais que serão entregues.

4.2.2. Fornecer diretamente o objeto, não podendo transferir a responsabilidade pelo objeto licitado para nenhuma outra empresa, devendo arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do fornecimento dos materiais, sem qualquer ônus para os órgãos.

4.2.3. Deverá ainda repetir procedimentos às suas próprias custas para correção de falhas verificadas, principalmente na hipótese de aquisição do objeto em desacordo com as condições pactuadas no termo de referência.

4.2.4. Os produtos deverão ser entregues e empilhados corretamente em local especificado, com mão de obra por conta do entregador, ficando de inteira responsabilidade da empresa o transporte e desembarque do produto no local indicado;

4.3. A CONTRATADA deverá ainda observar e cumprir a legislação ambiental pertinente ao objeto da contratação, visando a efetiva aplicação de critérios, ações ambientais e socioambientais quanto à inserção de requisitos de sustentabilidade ambiental nos editais de licitação promovidos pela Administração Pública, e em atendimento ao artigo 5º e seus incisos da Instrução Normativa nº 1 /2010 da SLTI/MPOG e de acordo com o Guia Nacional de Licitações Sustentáveis – DECOR/CGU /AGU, quando da aquisição de bens, poderá exigir os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental:

- Produtos constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2; Os produtos devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; A administração optará pelo sistema de registro de preços visando maior eficiência no gerenciamento do estoque devido à flexibilidade na aquisição e na disponibilidade de

material a ser adquirido por meio de preços registrados, para atender demandas extraordinárias. Evitando-se assim, a formação de estoques excessivos.

4.4. A qualquer tempo, a Administração poderá solicitar comprovação da observação dos critérios de sustentabilidade ambiental.

4.4.1. Os materiais a serem empregados deverão obedecer rigorosamente às especificações constantes deste Estudo Técnico Preliminar e do termo de referência, as normas da ABNT, ANVISA e as prescrições e recomendações dos fabricantes;

4.5. Conforme o Guia de Sustentabilidade da AGU, a contratada deverá apresentar o Certificado de Boas Práticas de Fabricação (CBPF) para os produtos abrangidos pela RDC nº497, de 20 de maio de 2021, uma vez que esta Resolução se aplica às empresas fabricantes de Medicamentos, Produtos para Saúde, Cosméticos, Perfumes, Produtos de Higiene Pessoal, Saneantes, Insumos Farmacêuticos Ativos e Alimentos localizadas em território nacional ou em outros países e às empresas armazenadoras, distribuidoras e importadoras de Medicamentos, Produtos para Saúde e Insumos Farmacêuticos Ativos localizadas em território nacional.

4.6. Fornecimento de itens seguindo altos padrões de qualidade e com respeito aos prazos, solicitações e demais condições estabelecidas no Edital e anexos da licitação;

4.7. Em caso de divergência entre a descrição dos itens e o descrito no CATMAT, deve prevalecer a descrição detalhada dos itens do Termo de Referência.

5. Levantamento de Mercado

Na fase de levantamento de mercado, procurou-se definir a melhor solução para aquisição de materiais de consumo médico e de enfermagem para a REDE IFRN.

Segundo a Lei 10.520/2002, art. 1º e seu parágrafo único:

Para aquisição de bens e serviços comuns, poderá ser adotada a licitação na modalidade de pregão, que será regida por esta Lei. Parágrafo único. Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

Assim, a melhor forma de contratação para os materiais pleiteados, considerando serem todos de natureza comum nos moldes da Lei 10.520/02, é por pregão, na sua forma eletrônica.

Considerando o DECRETO Nº 11.462, DE 31 DE MARÇO DE 2023, Art. 3º, O SRP poderá ser dotado quando a Administração julgar pertinente, em especial:

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;

III - quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade, inclusive nas compras centralizadas;

O IFRN é composto por 21 Institutos Federais espalhados por todo o estado do Rio Grande do Norte. Por serem unidades administrativamente independentes, mas com estruturas semelhantes, é natural que alguns materiais/equipamentos sejam comuns a todas essas unidades.

A modalidade de licitação por Registro de Preços (SRP) visa estabelecer economicidade processual e financeira, através de preços com fornecedores que se comprometem a fornecer bens ou serviços ao longo da vigência da Ata de Registro de Preços, nas condições acordadas. Isso oferece uma vantagem significativa ao reduzir a necessidade de múltiplas licitações.

Através de um único processo licitatório, a Administração pode realizar compras ou contratações conforme necessário durante o período de validade da ata. Essa abordagem é particularmente estratégica para o IFRN, dada a extensão geográfica dos seus campi pelo Rio Grande do Norte.

Portanto, a equipe de planejamento decidiu que o Sistema de Registro de Preços (SRP) é a escolha mais adequada. O SRP simplificará o atendimento das necessidades de todos os campi do IFRN, com potencial para oferecer preços mais vantajosos devido à maior participação de fornecedores.

Considerando a ampla capilaridade da rede federal de ensino e de outros órgãos públicos com necessidades semelhantes, é justificável e recomendável que a ata de registro de preços resultante do processo licitatório permita a adesão por outros órgãos ou entidades da Administração Pública, conforme previsto no art. 22 do Decreto nº 11.462/2023, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços.

Entre os principais fundamentos para permitir a adesão, destacam-se:

1. Economia de escala: A adesão por outros órgãos públicos tende a ampliar o volume contratado, o que pode gerar melhores preços unitários, beneficiando não apenas o IFRN, mas também os demais participantes.
2. Eficiência administrativa: A possibilidade de adesão evita a duplicidade de processos licitatórios com objetos idênticos ou similares, racionalizando os recursos humanos e financeiros da Administração Pública.
3. Celeridade no atendimento das demandas: Órgãos que necessitem dos mesmos insumos poderão suprir suas necessidades de forma mais ágil, mediante adesão à ata já existente, sem a necessidade de novos certames.
4. Interesse público: A facilitação da aquisição de medicamentos por instituições públicas contribui diretamente para a efetivação do direito à saúde e à dignidade das pessoas atendidas, princípio basilar da Administração Pública.

Dessa forma, a previsão de adesão à ata por outros órgãos públicos está plenamente alinhada aos princípios da eficiência, economicidade e interesse público, devendo, portanto, ter a possibilidade no processo de aquisição.

6. Descrição da solução como um todo

6.1 Considerando informações já listadas no Estudo Técnico Preliminar, seguem abaixo algumas importantes informações da "Descrição da solução como um todo":

6.1.1 Pregão Eletrônico: Por tratar-se de bens comuns, será contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, processado pelo sistema de registro de preços;

6.1.2 Pretende-se alcançar, com a presente compra, a conciliação entre os menores custos possíveis e o atendimento adequado das necessidades da Administração;

6.1.3 Conforme bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de Art. 6º, inciso XIII, da lei 14.133 de 01 de abril de 2021: desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado;

6.1.4 Atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade, inclusive nas compras centralizadas;

6.1.5 A empresa deverá fornecer produtos com alta qualidade, seguindo legislações vigentes, inclusive ambientais, bem como atender todas as exigências estabelecidas no Edital e anexos.

6.1.6 Após realizada a licitação, a CONTRATADA fornecerá os materiais, incluindo todas as despesas inerentes a entrega.

6.1.7 A escolha pela compra dos materiais torna-se acertada, visto não haver outras opções de aquisição do material e assim garantir a continuidade de atendimento médico nos campi do IFRN.

6.1.8 A administração resguarda o direito de dispensar o termo de contrato para as futuras aquisições oriundas desta licitação e faculta a substituição por meio de Nota de Empenho de Despesa, por serem itens simples e de baixa complexidade, a qual terá vigência de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota de Empenho pela contratada.

6.2 A garantia da contratação, prevista nos arts. 96 a 99 da Lei nº 14.133/2021, é uma faculdade da Administração Pública, podendo ser exigida ou não, a depender da natureza do objeto contratado, do risco envolvido e da conveniência administrativa.

6.2.1 No caso específico da aquisição de materiais de consumo médico e de enfermagem para os diversos campi do Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN), opta-se pela não exigência da garantia da contratação, com base nos seguintes fundamentos:

1. Natureza do objeto – fornecimento de bens de consumo:
Trata-se de fornecimento de materiais padronizados, adquiridos com frequência pelo setor público, com risco reduzido de inadimplemento por parte dos fornecedores. Além disso, não envolvem execução continuada ou prestação de serviços que justifiquem maior controle sobre riscos operacionais ou técnicos.
2. Aquisição fracionada conforme demanda:
Em regra, os materiais de consumo são adquiridos por meio de entregas parciais, conforme necessidade dos campi. Caso haja descumprimento contratual, é possível suspender pagamentos e aplicar sanções administrativas, nos termos da própria Lei nº 14.133/2021, o que minimiza riscos à Administração.
3. Maior competitividade e economicidade:
A não exigência da garantia tende a ampliar a competitividade, especialmente favorecendo micro e pequenas empresas, que podem ter dificuldades em apresentar garantias onerosas. Isso contribui para o aumento do número de proponentes e para a obtenção de melhores preços para a Administração Pública.

4. Custo-benefício da exigência não é favorável:

A exigência de garantia pode representar um custo adicional aos fornecedores, que costuma ser repassado aos preços finais. Dado o baixo risco do fornecimento, não se justifica onerar a contratação com custos que não agregam valor direto à Administração.

5. Instrumentos legais de controle e penalização já disponíveis:

A Administração Pública dispõe de mecanismos legais suficientes para assegurar o cumprimento do contrato, como aplicação de penalidades, retenção de pagamentos e eventual rescisão contratual.

6.2.2. Diante do exposto, conclui-se que não é necessária a exigência de garantia da contratação no processo de aquisição de materiais de consumo médico e de enfermagem para a rede IFRN, por se tratar de fornecimento de bens de risco reduzido, com entregas controladas, e cuja eventual inadimplência pode ser adequadamente gerida com os instrumentos legais e administrativos já disponíveis.

6.3. Considerando que a aquisição de materiais médicos e de enfermagem será realizada com entrega imediata e integral dos bens e que a formalização da contratação será feita por meio de Nota de Empenho, como instrumento substitutivo ao contrato, a não exigência dos requisitos de qualificação econômico-financeira no edital é justificada em decorrência do risco financeiro para a Administração ser significativamente mitigado, uma vez que o pagamento, por meio da nota de empenho, ocorrerá após a efetiva entrega e o recebimento definitivo dos materiais em perfeitas condições. A necessidade de comprovar solidez financeira prévia do licitante torna-se menos crítica, pois não haverá um período contratual extenso com obrigações financeiras futuras significativas ou riscos de inadimplência prolongada por parte do fornecedor.

A Constituição Federal, em seu art. 37, inciso XXI, estabelece que o processo licitatório deve assegurar a igualdade de condições a todos os concorrentes, permitindo-se exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. A Lei nº 14.133/2021, em seu art. 70, inciso III, dispõe sobre a comprovação da capacidade econômica e financeira dos licitantes.

No entanto, o próprio princípio da proporcionalidade e da razoabilidade que regem a Administração Pública permite que as exigências de qualificação sejam adequadas à natureza e à complexidade do objeto da licitação e aos riscos envolvidos na contratação.

Em casos de compras com entrega imediata e pagamento condicionado a essa entrega, a exigência de ampla qualificação econômico-financeira pode se mostrar desproporcional e restritiva à competitividade, sem trazer benefícios significativos para a garantia da execução contratual.

Portanto, a não exigência dos requisitos de qualificação econômico-financeira se justifica pela natureza da aquisição (entrega imediata e integral), pela forma de pagamento (nota de empenho após a entrega) e pela consequente redução do risco financeiro para o IFRN, tornando a apresentação desses documentos desnecessária para garantir o cumprimento das obrigações contratuais neste cenário específico.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1 A quantidade estimada dos itens a serem contratados está detalhada na Tabela 1 – "Especificação dos itens" anexo deste Estudo Técnico Preliminar.

7.2 A aquisição dos materiais elencados atenderá as necessidades de aquisição periódica, frequente e parcelada dos materiais de consumo que serão utilizados nos atendimentos médicos e odontológicos. Os quantitativos foram estipulados de acordo com os levantamentos de necessidades dos setores interessados, e são estimados para o período de 12 (doze) meses. Além do mais, os quantitativos se justificam pela extrema necessidade de aquisição, haja vista alguns setores de saúde estarem com estoques em grande déficit.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 819.688,06

8.1 Conforme Instrução Normativa Nº 65, DE 7 DE JULHO DE 2021, que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional, a pesquisa foi realizada seguindo orientações dessa IN.

8.3 Foi adotado como metodologia de obtenção de preço de referência para contratação o valor da média dos preços coletados na pesquisa de preço.

UASG	ÓRGÃO	VALOR TOTAL
154582	IFRN SÃO GONÇALO DO AMARANTE	R\$ 38.875,00
158371	IFRN APODI	R\$ 38.091,70
158370	IFRN CAICÓ	R\$ 33.808,91
154838	IFRN CEARÁ-MIRIM	R\$ 55.337,17
158373	IFRN JOÃO CÂMARA	R\$ 17.534,63
158155 LAJ	IFRN LAJES	R\$ 9.286,93
158375	IFRN MACAU	R\$ 10.770,49
158365	IFRN MOSSORÓ	R\$ 18.201,33
158369	IFRN NATAL CENTRAL	R\$ 103.208,05
158368	IFRN NATAL ZONA NORTE	R\$ 13.826,64
152757	IFRN NOVA CRUZ	R\$ 180.407,80
158155 PAAS	IFRN PARELHAS	R\$ 19.400,71
152756	IFRN PARNAMIRIM	R\$ 54.981,10
158374	IFRN PAU DOS FERROS	R\$ 17.620,76
158372	IFRN SANTA CRUZ	R\$ 18.600,05
154840	IFRN SÃO PAULO DO POTENGI	R\$ 25.933,37
160343	7º Batalhão de Engenharia de Combate	R\$ 163.803,42
	TOTAL	R\$ 819.688,06

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

O parcelamento da solução é a regra, devendo a licitação ser realizada por item, sempre que o objeto for divisível, desde que verificado não haver prejuízo para o conjunto da solução ou perda de

economia de escala, visando a ampla participação de licitantes, que embora não disponham de capacidade para execução da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas.

9.1 Conforme os estudos técnicos realizados pela equipe responsável pelo planejamento do processo, é definido o parcelamento da solução.

9.1.1 Possíveis benefícios do Parcelamento:

- Ser técnica e economicamente viável;
- Que não haverá perda de escala; e
- Que haverá melhor aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade.

9.2 Por fim, vale também reforçar o texto da Súmula 247 (TCU):

"O parcelamento do objeto da licitação é obrigatório quando técnica e economicamente viável, devendo a Administração, em qualquer caso, fundamentar sua opção."

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para que o objetivo desta contratação seja atingido.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1 A contratação está alinhada com as políticas definidas pelo Regimento Geral do IFRN, aprovado pela Resolução Nº 15/2010-CONSUP/IFRN, de 29/10/2010 e o Plano de Desenvolvimento Institucional (2019- 2026) aprovado pela Resolução no 22/2019-CONSUP, de 14 /05/2019;

a) Conforme estabelece o Regimento Geral do IFRN, no Art. 61:

Compete ao Diretor-Geral:

IV. celebrar acordos, convênios, contratos e outros instrumentos jurídicos com entidades públicas e privadas, no âmbito de atuação do Campus;

11.2 Portanto, o planejamento apresentado está alinhado com todas as diretrizes vigentes no Instituto Federal do Rio Grande do Norte referentes ao objeto em questão.

A contratação pretende atingir os objetivos estratégicos do Planejamento Institucional do ano de 2024/2025:

--	--

Projeto Estratégico:	MC – Rotinas da Administração
Etapa:	Aquisição de material de consumo

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A aquisição de materiais médicos e de enfermagem traz diversos benefícios significativos, que vão além do apoio ao ensino e impactam diretamente a saúde e o bem-estar dos estudantes. Abaixo estão os principais benefícios:

Atendimento Imediato e Eficiente:

Emergências Tratadas com Rapidez: A disponibilidade de materiais adequados permite um atendimento rápido em situações de emergência, como cortes, ferimentos ou reações alérgicas, garantindo a segurança dos alunos.

Promoção de Saúde e Prevenção de Doenças:

Educação Preventiva: O uso de materiais para ensinar sobre cuidados pessoais e higiene ajuda os alunos a entenderem a importância da prevenção, reduzindo a propagação de doenças.

Ambiente Higienizado: Materiais como EPIs garantem um ambiente mais limpo e seguro, minimizando riscos de infecções e doenças transmissíveis.

Formação de Hábitos Saudáveis:

Consciência de Saúde: Os alunos aprendem a cuidar de sua saúde e a desenvolver hábitos saudáveis, como a higiene adequada e o autocuidado, fundamentais para o bem-estar geral.

Envolvimento em Atividades de Saúde: Materiais adequados incentivam a participação em campanhas de saúde, promovendo um estilo de vida saudável entre os estudantes.

Desenvolvimento Emocional e Social:

Ambiente Escolar Seguro: Um ambiente que prioriza a saúde física contribui para a saúde mental dos alunos, reduzindo a ansiedade e promovendo um espaço de aprendizado mais positivo.

Solidariedade e Apoio Mútuo: A educação em saúde fortalece a empatia e a responsabilidade social, incentivando os alunos a cuidarem uns dos outros e da comunidade.

A aquisição de materiais médicos e de enfermagem não só melhora a capacidade de resposta a emergências, mas também promove um ambiente escolar mais saudável e seguro. Esse investimento impacta diretamente a saúde e o bem-estar dos estudantes, capacitando-os a cuidar de si mesmos e a contribuir para a saúde coletiva. A longo prazo, isso resulta em uma geração mais consciente e responsável em relação à saúde e ao bem-estar.

Ao contratar a quantidade estimada dos materiais, será possível resguardar à Instituição a manutenção dos atendimentos médicos aos alunos, visto que esses pleitos adequarão da melhor forma possível a instituição e as atividades desempenhadas nos setores de saúde.

13. Providências a serem Adotadas

13.1 A contratante deverá assegurar-se que os servidores que atuarão como agentes fiscalizadores das aquisições a serem solicitados possuem a capacitação mínima necessária e que tomaram conhecimento do teor dos documentos produzidos no planejamento da contratação.

13.2 Deve-se, anteriormente à solicitação de emissão do empenho da referida contratação, realizar providências, quanto a revisão dos quantitativos, de forma a solicitar quantidades em conformidade com a previsão de uso, evitando que fiquem estocados e sem previsão de aplicabilidade, diminuindo desperdícios. Ademais, deve o setor de Material e Patrimônio no momento do envio da Nota de Empenho a empresa contratada, informar que a entrega deve ser realizada conforme critérios estipulados em Edital e anexos da licitação.

13.3 Capacitar os servidores responsáveis pelo manuseio e armazenamento dos materiais, especialmente aqueles que exigem condições especiais (ex.: temperatura controlada, biossegurança).

13.4 Treinar os servidores que realizarão o recebimento e conferência dos produtos, garantindo que saibam verificar integridade, validade e conformidade com a especificação técnica.

13.5 Promover capacitação sobre descarte adequado de materiais biológicos e perfurocortantes, conforme normativas ambientais e sanitárias.

13.6 Verificar as condições dos locais de armazenamento, garantindo ambiente adequado para cada tipo de material (ventilação, temperatura, umidade, segurança).

13.7 Identificar a necessidade de aquisição ou manutenção de equipamentos de armazenamento, como geladeiras para materiais termolábeis.

13.8 Estabelecer processos para verificação da validade dos produtos, priorizando o consumo dos itens com vencimento mais próximo (princípio PEPS – Primeiro a Entrar, Primeiro a Sair).

13.9 Definir responsáveis pela conferência no momento da entrega, registrando qualquer não conformidade imediatamente.

13.10 Implementar auditorias periódicas no estoque para evitar desperdícios e perdas.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Possíveis Impactos Ambientais dos Materiais de Consumo Médicos e de Enfermagem

Geração de Resíduos Sólidos:

Resíduos Perigosos: Materiais como luvas, seringas, agulhas e outros itens descartáveis podem se tornar resíduos perigosos se não forem descartados adequadamente.

Acúmulo de Resíduos: O descarte inadequado pode levar ao acúmulo de resíduos em aterros, afetando o solo e a água.

Contaminação da Água:

Substâncias Químicas: Produtos utilizados na limpeza e desinfecção podem ser liberados em corpos d'água, causando poluição e afetando a vida aquática.

Medicamentos Descartados: O descarte inadequado de medicamentos pode contaminar fontes de água potável, afetando a saúde humana e animal.

Poluição do Solo:

Degradação do Solo: O descarte de materiais médicos não tratados pode levar à contaminação do solo com substâncias tóxicas, afetando a biodiversidade local.

Risco de Infecções: Materiais perfurocortantes podem causar ferimentos e infecções em animais e pessoas que entram em contato com os resíduos.

Emissões de Gases de Efeito Estufa:

Produção e Transporte: A fabricação e o transporte de materiais médicos geram emissões de gases que contribuem para as mudanças climáticas.

Incineradores: O processo de incineração de resíduos médicos pode liberar poluentes atmosféricos se não for realizado de forma controlada.

Uso Excessivo de Recursos Naturais:

Matérias-primas: A produção de insumos médicos muitas vezes requer plásticos e outros recursos que têm um impacto significativo no meio ambiente.

Energia: O processo de fabricação e esterilização consome uma quantidade considerável de energia, geralmente de fontes não renováveis.

Impactos na Biodiversidade:

Contaminação de Ecossistemas: O descarte inadequado pode afetar ecossistemas locais, prejudicando a flora e fauna nativas.

Espécies Invasoras: Materiais descartados podem ser vetores para espécies invasoras, alterando ecossistemas e comprometendo a biodiversidade.

Medidas Mitigatórias

Para minimizar esses impactos, algumas estratégias podem ser implementadas:

- **Descarte Seguro:** Estabelecer sistemas de descarte seguro para resíduos médicos, como a incineração controlada ou a reciclagem.
- **Educação e Conscientização:** Promover a educação sobre a gestão de resíduos e a importância do descarte adequado entre estudantes e profissionais de saúde.

- **Uso de Materiais Sustentáveis:** Sempre que possível, optar por materiais biodegradáveis ou recicláveis.
- **Eficiência Energética:** Investir em processos que reduzam o consumo de energia na produção e esterilização de materiais.

Embora os materiais de consumo médicos e de enfermagem sejam essenciais para a saúde, sua produção e descarte inadequado podem ter impactos ambientais significativos. A adoção de práticas sustentáveis é fundamental para minimizar esses impactos e proteger o meio ambiente.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

O presente Estudo Técnico atende a todos os requisitos previstos na INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES Nº58, DE 8 DE AGOSTO DE 2022, sejam obrigatórios ou não obrigatórios e pelo conteúdo exposto entende-se pela viabilidade da contratação.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ALINE HORACIO DA COSTA AQUINO

Membro da comissão de contratação

ADRIANE DE MORAIS FERREIRA

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 22/04/2025 às 15:11:13.

SERGIO DE CARVALHO GUEDES

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 22/04/2025 às 15:15:07.

EMANUEL IVO BENTO SILVA DE MELO

Membro da comissão de contratação

RENATO MARINHO BRANDAO SANTOS

Autoridade competente

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Resumo de Quantidades Mínimas e Máximas por Órgão - IRP 04.2024.pdf (683.16 KB)

Documento Digitalizado Público

Estudo Técnico Preliminar

Assunto: Estudo Técnico Preliminar
Assinado por: Adriane Ferreira
Tipo do Documento: Documento Informativo
Situação: Finalizado
Nível de Acesso: Público
Tipo do Conferência: Documento Original

Documento assinado eletronicamente por:
■ **Adriane de Moraes Ferreira, ADMINISTRADOR**, em 22/04/2025 15:24:20.

Este documento foi armazenado no SUAP em 22/04/2025. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifrn.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 2143939
Código de Autenticação: 402ec08c31

